

Devemos caminhar para uma saudável "democracia dos números"

Alexandre Berndt (*)

As escaramuças entre governo e os institutos que elaboram os índices deste país vêm de longa data.



Pelo menos nos meus doze anos de envolvimento neste ramo a coleção de situações como a verificada recentemente na correção do índice de inflação é uma repetição de tantas outras. Para se entender melhor o que se passa é preciso colocar-se numa posição de isenção de ânimos. A posição de observador permite entender melhor as posições dos dois lados da questão. Nem por isso deixo de colocar ao fim destas reflexões um remédio que ministraria para que deixássemos de ter essas disputas inglórias.

A reflexão de um ministro que recebe números todos os dias é sempre no sentido de encaixá-los dentro do seu referencial de funcionamento da economia. Quando um ministro é "sensível" à realidade, ou seja, o seu modelo de funcionamento da economia é bastante elaborado, ele poderá "desconfiar" da integridade de um número. Um ministro otimista pode pensar: "Será que eles sabem o que estão fazendo para gerar este número?". Já um ministro pendendo mais para o maquiavélico pode pensar: "Será que estão querendo me derrubar?". De que expediente um ministro pode valer-se para dirimir estas dúvidas? A saída mais simples e freqüentemente adotada é a realização de um levantamento paralelo ao que lhe está sendo informado.

logias adotadas. Esta é a única solução viável. Mesmo assim, ela nunca será definitiva, pois cairá em aspectos de valorização de um ou outro critério de metodologia estatística de agregação de um índice. Mas pelo menos se explicitará quais são os critérios que estão sendo valorizados. Em última instância, aqueles que demonstrarem melhor adequação metodológica serão proclamados vencedores (temporariamente, até que surjam metodologias melhores).

Estar de posse de um número não dá nenhuma garantia de que o usuário vá usá-lo corretamente. E isto se aplica igualmente ao governo. A partir de identificação de uma pressão de elevação de preços num determinado estágio do canal de distribuição de um produto não garante que este tome decisões de interferência que resultem na direção desejada. A economia ainda apresenta suficientes doses de arte para que escapem entre os de-

dos os resultados desejados. Pode até resultar uma direção absolutamente contrária. Vejam os ciclos de maior ou menor interferência do CIP no controle dos preços.

Vejamos agora o lado dos institutos que elaboram os índices. Supõe-se que nestas instituições predomine o caráter "acadêmico", em que o valor máximo é a ciência. Esta implica absoluta isenção pessoal, principalmente ausência de ingerência política dos seus dirigentes. Mas, mesmo assumindo esse pressuposto, não temos garantias de que se vá chegar a números corretos. Em primeiro lugar, todo cientista que se preze tem dúvidas de sobra sobre a correção do seu trabalho. São exatamente essas dúvidas as molas propulsoras de melhoria metodológica dos números pelos quais é responsável. Mas esta atitude tem um corolário bastante ingrato: sabendo que poderia melhorar uma metodologia, tem medo de divulgar aquela

que está aplicando. No seu entender, por esta não ser a melhor, há um certo receio em expor estes métodos principalmente ao crivo de colegas de outras instituições. Esta é a principal razão por que há tanta dificuldade em se conhecerem detalhes nas metodologias e ter acesso aos números, desde o seu levantamento até o seu processamento e elaboração final. A solução deste problema caberia, provavelmente, às instituições. E neste sentido louros devem ser lançados a uma FGV, que de público reconhece deficiências de seu trabalho e corrige, quando necessário, seus números.

Freqüentemente, os institutos justificam suas deficiências pela falta de recursos. Conquanto isso possa ser verdadeiro, em muitos casos também é preciso ver o outro lado da medalha. Que garantias o governo tem de que o recurso por ele liberado será usado com a devida probidade científica? A este problema se soma um outro de ordem

teórica, dos conceitos que estão sendo medidos. Não há uma certeza absoluta do ponto de vista teórico de qual é a melhor forma estatística de se gerar, por exemplo, um "índice nacional de custo de vida". Por outro lado, talvez a discussão ficasse em melhores termos se pudessem ser identificados os aspectos "frágeis". E se tentaria, primeiramente, corrigir estes antes de se partir para outros. De minha experiência, muitos dos nossos números necessitam de aprimoramentos metodológicos, que não exigem recursos adicionais para essas melhorias.

Remédios há para brigas inglórias. Um deles é darmos um voto de credibilidade aos principais organismos geradores de grandes números econômicos neste país. Concomitantemente, os institutos abririam completamente os dados que geram. Isto seria uma saudável "democracia dos números". Qualquer estatístico poderia sentar numa

instituição, consultar os dados de entrada, utilizar os métodos que ele julga mais convenientes (freqüentemente mais adequados à sua necessidade) e gerar os números de que precisa. A possível argumentação de que a ingerência em uma instituição tumultuária o trabalho desta parece-me muito ingênua e não convincente. Bons critérios administrativos da instituição deveriam permitir a "disclosure" absoluta do seu trabalho. Todos ganhariam com esta "democratização das instituições de pesquisa". Ganharia o governo, que teria outros elementos "fiscalizadores" da elaboração dos números. Ganhariam os cientistas, que teriam um saudável intercâmbio de críticas às suas metodologia. E com isto ganharia a sociedade, que passaria a ter índices nos quais poderia confiar mais.

(*) Professor da USP, pesquisador da FIPE e diretor da AMA — Assessores de Marketing Associados S/C Ltda.

A instituição que vê uma elaboração paralela ao seu trabalho fica com a pulga atrás da orelha: "Será que estamos corretos no nosso trabalho?". Não que a elaboração em paralelo seja má. Ao contrário, pode até estimular todas as partes envolvidas no levantamento de índices semelhantes para que aprimorem suas metodologias. O que parece imperdoável é que, quando levantamentos paralelos viram expedientes de pressão, só há uma forma de dirimir dúvidas desse tipo: sentando-se à mesa e discutindo-se as metodo-